

Necropolítica bolsonarista e a performance política da morte nas telas

Bolsonarist necropolitics and the political performance of death on screens

Rafael Sbeghen HOFF¹

Resumo

O artigo faz uma análise do discurso e performance midiática de Jair Messias Bolsonaro, atribuindo uma correlação de suas ações com a necropolítica teorizada ensaísticamente por Achille Mbembe. Cruza a análise do discurso e a análise de conteúdo sobre rastros digitais jornalísticos recuperados na web para promover a comparação entre as falas do presidente da República do Brasil e o curso político em voga. Aponta para uma construção imaginária e imagética de um absurdo possível, que distorce os limites entre distopia e realidade pelas múltiplas telas. O trabalho é fruto das discussões e investigações produzidas pelo Grupo de Pesquisa em Processos Imagéticos da Universidade Federal do Amazonas, a partir de artigos apresentados em eventos científicos da área.

Palavras-chave: Política. Discurso. Imagem. Bolsonaro. Telas.

Abstract

The article analyzes the discourse and media performance of Jair Messias Bolsonaro, attributing a correlation of his actions with the necropolitics theorized essayistically by Achille Mbembe. It crosses discourse analysis and content analysis on journalistic digital traces recovered on the web to promote a comparison between the speeches of the president of the Republic of Brazil and the political course in vogue. It points to an imaginary and imagery construction of a possible absurdity, which distorts the limits between dystopia and reality across multiple screens. The work is the result of discussions and investigations produced by the Research Group on Imaging Processes of the Federal University of Amazonas, based on articles presented at scientific events in the area.

Palavras-chave: Politics. Discourse. Image. Bolsonaro. Screens.

Introdução

O artigo apresentado aqui parte da sensibilização do autor na investigação atrelada ao projeto de pesquisa Imagens Amazônicas, vinculado à Universidade Federal do Amazonas e ao Grupo de Pesquisa em Imagens Amazônicas. No encontro com o objeto

¹ Doutor em Ciências da Comunicação e Informação pela UFRGS. Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima. E-mail: rafael.hoff@yahoo.com.br

empírico, postagens sobre questões ambientais e políticas envolvendo a região, a proposta crítica de Achille Mbembe (2018) sobre necropolítica se mostrou adequada e pertinente para a discussão sobre as práticas governamentais do atual presidente da República e demais agentes públicos componentes do governo na administração de ações voltadas à Amazônia.

Os elementos tomados aqui como objeto empírico, no recorte proposto para a publicação, focam sobre os discursos e conteúdos jornalísticos que registram a performance política e midiática de Jair Messias Bolsonaro no cargo de presidente do Brasil. Também fazem parte dessa coleção de fragmentos midiáticos as reportagens (hipertexto) e material audiovisual disponibilizado pela imprensa nacional na cobertura do campo político.

A construção de um imaginário e de uma imagem da Amazônia de maneira particular, do governo e do país de uma maneira geral, pelas declarações e posturas assumidas pelo governo são abordados de maneira crítica e relacional. Tomamos, então, como objetivo geral deste trabalho, relacionar a prática política e governamental de Jair Messias Bolsonaro, midiaticizada pela imprensa nacional, com aquilo que a bibliografia adotada chama de necropolítica.

A justificativa para este empenho está na relação direta entre o discurso midiático e seu impacto na cultura nacional, uma vez que a mídia, em seus diferentes canais, por meio de diferentes discursos e linhas editoriais, constrói uma forma de ler a realidade. Além disso, goza de um compromisso com a sociedade de divulgar informações verdadeiras e de interesse público (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003). Essa premissa corrobora com o papel social do Jornalismo frente às funções educativa e promotora da cidadania.

Os agentes políticos, por sua vez, têm se ocupado cada vez mais das performances midiáticas e/ou midiaticizadas, em detrimento do interesse público ou do planejamento estratégico visando o bem comum (CESAR; HOFF, 2017). A figura do homem público (SENETT, 2014) é (re)construída e (re)configurada a partir do espaço que ocupa nos noticiários, nos contextos associados à sua imagem, ainda que as fontes produtoras destes conteúdos não desfrutem do reconhecimento público ou dos pares na prestação de serviços de informação com veracidade e respeito à diversidade. Com a popularização dos dispositivos e artefatos da cultura digital favorecendo a circulação e o consumo de produtos midiáticos sem a ancoragem de sentido, conteúdos informativos se misturam a

*deepfake*²s e material humorístico. O resultado do processo é um “embaçamento” dos contornos e limites entre a informação jornalística, de opinião e de entretenimento. Pretendemos, então, descrever em parte como esse processo se dá na performance do presidente Jair Messias Bolsonaro em sua relação com a mídia.

Procedimentos metodológicos

Propõe-se aqui analisar as manifestações midiáticas da figura política mais importante para a soberania nacional: o presidente da República. A partir de textos imagéticos, acompanhados de palavras sonoras ou escritas (legendas, descrições), captados sob a proposta metodológica que a pesquisadora Fernanda Bruno (2012) chama de rastros digitais, selecionamos fragmentos que formam a nossa coleção. Esse exercício de flânerie (BENJAMIN, 2006), a partir do sensível e do empírico, é acionado para constituir o objeto sobre o qual nos debruçamos.

As mídias, de modo geral, e a internet de modo particular, são grandes e poderosos catadores e recicladores de restos de uma cultura. Para perceber estes restos, o pesquisador deve se tornar também um trapeiro. É por isso que a figura benjaminiana do catador de sucata – que segundo o autor está relacionada àquele historiador que escova a história a contrapelo – pode contribuir para essa pesquisa. Este personagem dos espaços urbanos modernos recolhe os cacos, que lhe rendem um valor capital, mas também pelo desejo de não deixar nada se perder ou ser esquecido. Ele não tem por alvo recolher os grandes feitos, e sim tudo aquilo que é deixado de lado como algo que não tem significação (mas que, no caso das mídias, pode reverberar na audiência). Aqui, procuramos como trapeiro benjaminiano recolher fragmentos, cacos de uma performance midiática para assegurar que a interpretação e significação deles não se perca na avalanche informacional a que somos submetidos diariamente. Nesses fragmentos são aplicadas análises de conteúdo (FRANCO, 2005; PENAFRIA, 2009) e do discurso (PECHÊUX, 2002) para, então, dialogar com o conceito de necropolítica apresentado por Mbembe (2018).

² Deepfake é o termo empregado para a criação de um produto ficcional, via edição e manipulação digital de imagens (arquivos digitais), em que uma pessoa tem atribuída a ela uma fala, inclusive com a simulação de movimentos faciais e bucais, bem como de elementos sonoros que remetem ao timbre de voz e ritmo de fala. O resultado, de difícil detecção, por vezes é tomado como “verdade” pelo desconhecimento dos consumidores médios dos conteúdos na web.

Os fragmentos são colhidos de passeios e navegações por perfis informativos na plataforma Instagram, entre janeiro de 2019 e dezembro de 2021. A partir dos temas e conteúdos informativos que despertam a sensibilidade deste autor sobre o tema necropolítica na performance do presidente eleito no Brasil nesses canais, outros percursos na rede são experimentados, a partir de hiperlinks (FRAGOSO, RECUERO, AMARAL, 2011). Esse ato de navegar entre páginas e perfis em mídias sociais digitais não esboça uma pretensão prévia de garimpar este ou aquele discurso, mas performar o exercício de mover-se por entre as opções a partir do sensível, daquilo que desperta a atenção e convoca a um olhar mais atento por parte do navegador. A curiosidade, os afetos, as memórias e os valores do sujeito internauta são convocados a servir ora de baliza para credibilidade e interesse, ora como filtro e escudo no sentido de proteção às notícias falsas e/ou distorcidas, sem nenhuma convicção sobre a eficácia da estratégia.

Tão improváveis quanto as peripécias de um personagem de ficção em um roteiro bem elaborado, em 2020 as ações presidenciais diante da maior pandemia enfrentada nos últimos séculos pela humanidade têm desafiado a racionalidade - inclusive de apoiadores do governo - e tangenciado o *non sense*. Contabilizando mais de 610 mil mortes³ por Covid-19 desde que a pandemia foi oficializada pela Organização Mundial da Saúde no início de 2020 (dados de fevereiro de 2022, momento da escrita deste artigo). Esses índices já chegaram a uma média de 995 mortes por dia⁴ e, mesmo assim, o Brasil coleciona algumas “desventuras” no percurso de combate à proliferação da doença: 1) três ministros exonerados desde o início da pandemia (Ricardo Barros, Luiz Henrique Mandetta, Nelson Teich, Eduardo Pazuello); 2) contar, em um período delicado de combate à pandemia, com um ministro - General Eduardo Pazuello - que se admitiu “leigo⁵ em assuntos de saúde”; 3) manter a postura de defender o não uso de máscara em locais fechados durante a pandemia. Isso é acompanhado na mídia das frases⁶

³ Conforme dados divulgados pela jornal Gazeta do Povo, disponível em <https://especiais.gazetadopovo.com.br/coronavirus/numeros/>. Consultado em 15/02/2022.

⁴ Estatística apresentada pelo site de notícias UOL, disponível em <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/08/03/coronavirus-covid-19-casos-mortos-3-agosto.htm>

⁵ Como registra a reportagem do portal de notícias R7, disponível em <https://noticias.r7.com/saude/quem-e-eduardo-pazuella-o-general-que-assumira-por-enquanto-o-ministerio-da-saude-16052020>.

⁶ Como registra o material midiático produzido pelo canal público londrino BBC e disponível em português no link <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53327880> e também disponível no site do jornal O Povo, acessado pelo link <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2021/12/29/retrospectiva-2021-o-ano-no-brasil-resumido-em-40-frases-de-bolsonaro.html>.

pronunciadas sobre o tema pelo próprio presidente da República: “superdimensionado”, “gripezinha” e “vamos todos morrer um dia” em março de 2020; “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre”, tratando sobre o número recorde de mortes por covid-19 em abril do mesmo ano; “cobre do seu governador”, falando que a responsabilidade por políticas de combate à disseminação - como fechamento de comércio e proibição de atividades ao ar livre - seria dos governadores e não do governo federal, em junho de 2020; em 17 de dezembro, quando o país contabilizava 184 mil mortes e havia um processo de vacinação em massa, brinco dizendo: “se tomar vacina e virar jacaré não tenho nada a ver com isso”, desincentivando a vacinação voluntária; “não há nada comprovado cientificamente sobre essa vacina aí”, tratando sobre a Coronavac, uma das vacinas compradas pelo governo e aplicadas na população, em 22 de janeiro de 2021.

Tal performance, tomada aqui como o exercício do papel social que o sujeito é imbuído pelos processos democráticos de representação ao assumir cargos públicos, é contraposta por atitudes que afrontam a razão, a polidez e o decoro político. Por tratar-se de atitude recorrente, também sinaliza a premeditação e/ou a despreocupação com as possíveis consequências das ações por ele performatizadas na condição de presidente da República. O tratamento, dispensado pela mídia aos atos e falas, toma por vezes o caráter cômico e humorístico ou, pelo menos, absurdo em contraste ao senso comum do que se espera do homem público.

A aproximação entre entretenimento e política rompe com os ideais clássicos de espaço público e democracia, enfraquecendo a oposição outrora sagrada institucional e funcionalmente entre informação e diversão (LEROUX; RIUTORT, 2013). Se a política foi, durante muito tempo, considerada um conteúdo nobre, tal posição foi gradativamente sendo comprometida por seu grande potencial em termos de audiência, extrapolando as fronteiras do jornalismo para se inserir em outros espaços, como o do entretenimento, misturando distração e conscientização em uma abordagem popular da política (BRANTS, 2003). (CESAR; HOFF, 2017, p. 6)

Outro viés que corrobora a citação acima e enfatiza o uso de outros espaços midiáticos (fora do espectro jornalístico) para uma comunicação direta entre agente público e população se dá na aposta de uma disseminação dos vídeos gravados de maneira artesanal, por correigionários e outros cidadãos que acessam o presidente em um espaço “improvisado” junto ao gabinete oficial, entre chegadas e saídas do presidente,

“driblando” a ação jornalística na filtragem, checagem e verificação das informações, bem como no enfrentamento empregado pela mídia através da cobrança de respostas às perguntas inquietantes e desafiadoras impostas ao governante, como por exemplo o pedido de explicações sobre a relação entre a primeira dama Michele Bolsonaro (que teria recebido depósitos no valor de R\$89 mil) e o investigado por “rachadinhas”, policial militar reformado e ex-assessor de seu filho Flávio Bolsonaro no Rio de Janeiro, Fabrício Queiroz.

O esvaziamento de argumentos racionais e da noção de esfera pública no que diz respeito ao campo social político traz outras implicações à prática de governança sobre o Brasil: a implementação de uma necropolítica.

A sincera performance midiática do agente político

Jair Messias Bolsonaro foi eleito em 2018 com 57,7 milhões de votos (55,1%), assumindo a presidência da República em janeiro de 2019, a partir de uma campanha pautada por um discurso conservador sobre questões morais, com apologia à facilidade do “cidadão de bem” em adquirir armas⁷ para proteger seu patrimônio e sua família; liberal⁸ sobre questões econômicas; de negação às políticas afirmativas⁹ em defesa das minorias e dos grupos sociais em situação de fragilidade; fomento à exploração e desenvolvimento econômico¹⁰ da região amazônica em detrimento da preservação ambiental. Com frases de efeito e performances midiáticas, o político em questão parece investir de maneira consciente e planejada em sua presença diante do eleitorado, ainda que por vezes a seriedade do tema político deslize para o deboche e o espetáculo

⁷ Conforme reportagem do jornal Le Monde Diplomatique, disponível em <https://diplomatique.org.br/o-discurso-politico-de-bolsonaro-cidadaos-de-bem-seguranca-e-moral/>

⁸ Conforme reportagem do portal Seu Dinheiro, disponível em <https://www.seudinheiro.com/2019/jair-bolsonaro/o-discurso-mais-liberal-ja-feito-por-bolsonaro/>

⁹ Como registra reportagem do portal de notícias G1, do grupo Globo, disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/24/cada-vez-mais-o-indio-e-um-ser-humano-igual-a-nos-diz-bolsonaro-em-transmissao-nas-redes-sociais.ghtml>

¹⁰ Conforme reportagem do site Exame, disponível em <https://exame.com/brasil/bolsonaro-faz-discurso-combativo-na-onu-e-cita-falacias-sobre-amazonia/>

(CIOCCARI; PERSICHETTI, 2018) ou para indisposições¹¹ com outras lideranças políticas do mundo.

O viés de confirmação (CIARELLI; ÁVILA, 2009) e as bolhas algorítmicas (ARAUJO; MAGALHÃES, 2018) são elementos contextuais que contribuem e incidem diretamente sobre o processo de percepção da realidade a partir das informações circulantes nas mídias sociais digitais (Facebook, Instagram, Twitter) e nos aplicativos de conversação e compartilhamento de conteúdo (Whatsapp, Telegram, etc.), sem que o grande público tenha domínio sobre essas orientações, limitações e enquadramentos performáticos escondidos na “caixa preta” dos dispositivos (FLUSSER, 1985).

A performance política e midiática do agente político, que conscientemente faz uso de estratégias para o melhor aproveitamento pessoal dessas condições, parece afinada com aquilo que Senett descreve como um dos elementos que desgastam e fragilizam o papel do homem público, associado a uma linguagem e uma comunicação afetiva, sentimental, que esvazia os aspectos racionais da tomada de decisão. O autor conceitua os artifícios do homem público no tratamento de questões de interesse público pelo viés emocional:

sinceridade a exposição em público daquilo que é sentido em particular; por autenticidade, a exposição direta a outrem das próprias tentativas de uma pessoa ao sentir. As modalidades da autenticidade apagam as distinções entre público e privado. As ideias de que a humanidade poderia consistir em manter sentimentos ofensivos para com outra pessoa, de que disfarce e autorrepressão podem ser moralmente expressivos, deixam de ter sentido, sob a égide da autenticidade. Ao invés disso, o autodesvendamento se torna medida universal de credibilidade e de verdade (SENETT, 2014, p. 27)

Para o autor, esse investimento em autenticidade e sinceridade provocam um deslizamento do âmbito do privado sobre o público, ainda mais quando performado por um agente político. No caso de Jair Messias Bolsonaro, as expressões e frases atribuídas aos sentimentos, uso de palavras de baixo calão ou consideradas ofensivas têm constituído essa “aura” que, por sua vez, reforça uma marca de distinção aos políticos que o antecederam no cargo. A popularização da política se dá pela figura bufônica de um presidente que é tomado por “gente como a gente” no imaginário social.

¹¹ Como sinaliza a reportagem do jornal El País, disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/15/politica/1565898219_277747.html

Performance necropolítica nas telas

Achille Mbembe, filósofo e historiador camaronês, escreveu em seu ensaio sob o título de *Necropolítica*, publicado no Brasil pela primeira vez na revista *Arte & Ensaios da UFRJ* em 2003, uma leitura atualizada e aplicada dos conceitos foucaultianos de biopoder em regimes governamentais modernos. Para ele, a política de morte seria sintetizada pelo exercício legitimado dos governos de decidirem quem tem o direito de viver ou morrer.

Na atualização proposta por Mbembe (2018), para se constituir esse necropoder precisa de condições específicas, construídas a partir de discursos e manipulações do imaginário social:

relaciono a noção de biopoder de Foucault a dois outros conceitos: o estado de exceção e o estado de sítio. Examino essas trajetórias pelas quais o estado de exceção e a relação de inimizade tornaram-se a base normativa do direito de matar. Em tais instâncias, o poder (e não necessariamente o poder estatal) continuamente se refere e apela à exceção, emergência e uma noção ficcional do inimigo. Ele também trabalha para produzir semelhantes exceção, emergência e inimigo ficcional. (MBEMBE, 2018, p. 128)

Esse inimigo, construído discursivamente, pode ser identificado em diferentes momentos¹² e falas do atual presidente: “esquerdistas”, “comunistas”, “gaysistas”, “corruptos”. A adjetivação negativa da política “de esquerda” e seus agentes pavimentou a ideia de renovação, de retomada e de mudança proposta por Jair Messias Bolsonaro durante a campanha eleitoral populista (SOLANO, 2018; PARZIANELLO, 2020).

Uma vez que a necropolítica de Mbembe se relaciona direta e indiretamente com o direito exercido sobre a vida dos corpos na sociedade, pode-se identificá-la na política bolsonarista ao enxergar o descaso perante à população, frequentemente exposto nos atos e falas do presidente. A exemplo disso, em 21 de setembro de 2021, em seu discurso¹³ de

¹² Como registrado nos seguintes vídeos, veiculados por canais de TV ou distribuídos em aplicativos e mídias sociais digitais:

- a) https://www.youtube.com/watch?v=C2Y_emLHWSA;
- b) <https://www.youtube.com/watch?v=UrD5nNfVNDE>;
- c) <https://www.youtube.com/watch?v=11MpBB009Q4>;
- d) <https://www.youtube.com/watch?v=rpUnNyE8ztU>.

¹³ Como reporta o conteúdo jornalístico da revista *Veja*, disponível em <https://veja.abril.com.br/mundo/bolsonaro-na-onu-somos-contra-qualquer-obrigacao-relacionada-a-vacina/>.

abertura à reunião na Organização das Nações Unidas, perante os líderes mundiais e a imprensa, Bolsonaro proclamou: “somos contra qualquer obrigação relacionada à vacina”. Essa declaração, feita por um agente político representante de uma Nação, corrobora uma postura que toma o “livre arbítrio” e o “direito individual” como premissas superiores ao bem comum (ainda que isso seja contrário ao senso comum entre os governos “de direita” e “de esquerda” em todo o mundo), regimentando um processo de individuação dos sujeitos e colaborando para a desinformação pandêmica que ocorre durante a situação de calamidade na saúde pública planetária.

Diante de afirmações como essa o representante do poder executivo brasileiro demonstra querer se eximir da responsabilidade sobre as vítimas da pandemia e colocar os aspectos econômicos acima da vida dos brasileiros. Evidencia-se nessa coleção de fragmentos textuais um discurso carregado por indiferença à vida da maioria dos brasileiros. Atitudes como comparar o coronavírus a uma “gripezinha” em pronunciamento nacional, não respeitar as medidas de distanciamento social, recomendadas por autoridades médicas, ao andar sem máscara pelas ruas de Brasília e inflamar apoiadores de movimentos antidemocráticos como visto¹⁴ no dia 3 de Maio de 2020 não condizem com a imagem que se espera de um líder e, portanto, convergem com conceitos apresentados por Mbembe (2018).

o biopoder parece funcionar mediante a divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer. Operando com base em uma divisão entre os vivos e os mortos, tal poder se define em relação a um campo biológico - do qual toma o controle e no qual se inscreve. Esse controle pressupõe a distribuição da espécie humana em grupos, a subdivisão da população em subgrupos e o estabelecimento de uma censura biológica entre uns e outros. Isso é o que Foucault rotula com o termo (aparentemente familiar) “racismo”. (MBEMBE, 2016, p. 128)

Esse racismo, como explica o autor, é atualizado e transcende questões étnicas ou de cor da pele para expressar uma nova percepção do conceito, muito mais associada às questões sociais e de classe econômica.

Arendt localiza suas raízes na experiência demolidora da alteridade e sugere que a política da raça, em última análise, está relacionada com a política da morte. Com efeito, em termos foucaultianos, racismo é

¹⁴ Conforme registro da reportagem do site de notícias G1, disponível em <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/05/03/bolsonaro-volta-a-apoiar-ato-antidemocratico-contra-o-stf-e-o-congresso-em-brasilia.ghtml>.

acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, “aquele velho direito soberano de morte”. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição de morte e tornar possível as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é “a condição para a aceitabilidade do fazer morrer”. (MBEMBE, 2018, p. 128)

Ainda em março de 2020, quando se foi anunciada a necessidade de uma quarentena no Brasil por conta da pandemia do COVID-19, Jair Messias Bolsonaro já demonstrava sua postura negacionista e racista, segundo a proposta de Mbembe (2018), em um discurso recheado de argumentos errôneos e imprecisos, entrelaçado com ideais neoliberais: a urgência de priorizar a economia em detrimento de vidas (principalmente periféricas). Esse discurso é corroborado por seus colegas de governo, a exemplo das falas do ministro da Casa Civil, Braga Netto, ministro da Economia Paulo Guedes e do então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, durante a reunião ministerial¹⁵ de 22 de abril de 2020. Na oportunidade, a pandemia se mostra uma oportunidade para “passar a boiada” sem a interferência ou fiscalização da mídia sobre as ações governamentais, tal como declara Salles sobre aprovação de medidas que flexibilizem a exploração de áreas protegidas e/ou a liberação para o comércio de pesticidas proibidos em outras partes do mundo.

Ainda tratando da política de morte de Jair Messias Bolsonaro, há de se levar em consideração o aspecto da negação e omissão estatal ao direito à informação. Em março de 2020, início da pandemia, o presidente declara¹⁶ em rede nacional a transparência governamental sobre as ações e medidas tomadas no combate à pandemia. Porém, em junho do mesmo ano, o governo opta pelo silenciamento¹⁷ a respeito do número de vítimas fatais da Covid-19 no país. Sem informação e manipulando dados oficiais, o governo implica sobre essa fonte jornalística uma intervenção direta na intenção de diminuir o impacto negativo das mortes sobre o próprio governo. A iniciativa resultou na

¹⁵ Disponível no site da CNN pelo link <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/assista-ao-video-da-reuniao-ministerial-com-bolsonaro/>.

¹⁶ Como registrado pela TV Brasil e disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Jx5cKga8eh4>.

¹⁷ Como divulgado pelo jornal El País em reportagem disponível no link <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-06/governo-bolsonaro-impoe-apagao-de-dados-sobre-a-covid-19-no-brasil-em-meio-a-disparada-das-mortes.html>.

articulação entre diversos veículos de comunicação que formaram um consórcio¹⁸ para levantar e tratar os dados sobre a pandemia, apesar da negligência governamental.

A carreira política de Jair Messias Bolsonaro se estrutura, como se pode verificar, com base em uma série de concepções conservadoras, antidemocráticas e que remetem a uma espécie de eugenismo camuflado em um discurso duvidoso que visa “defender” os direitos do chamado por ele de “cidadão de bem”. Expressões¹⁹ como “As minorias se adequam ou simplesmente desapareçam” tornam impossível não vincular as concepções do presidente ao conceito de Estado de Exceção que Achille Mbembe trabalha.

Segundo Mbembe, a aceitação deste discurso necropolítico se dá na medida em que um Estado de Exceção é constituído:

A percepção da existência do outro como um atentado contra a minha vida, como uma ameaça mortal ou perigo absoluto, cuja eliminação biofísica reforçaria o potencial para a minha vida e segurança, eu sugiro, é um dos muitos imaginários de soberania, característico tanto da primeira quanto da última modernidade. (MBEMBE, 2018, p.129-129)

Assim, por falas ou políticas públicas, o governo vai determinando “quem deve viver” e “quem deve morrer”, onde as “máquinas de guerra” descritas por Achille Mbembe (2018) são atualizadas para dispositivos menos bélicos e mais sutis: o desaparecimento estatal de combate às atividades que ameaçam vidas indígenas e o ecossistema amazônico; a manipulação política de cargos de chefia em organizações e instituições públicas que deveriam garantir os direitos do cidadão, em nome de uma política afinada com seus valores; na defesa de princípios liberais antropocêntricos e desenvolvimentistas que colocam a exploração de recursos e a geração de renda (mesmo que para poucos, já privilegiados) é tomada como prioritária, em detrimento da soberania nacional e/ou da preservação dos recursos naturais do país.

¹⁸ Como registra o jornal Folha de São Paulo na reportagem disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/equilibriosaude/2020/06/veiculos-de-comunicacao-formam-parceria-para-dar-transparencia-a-dados-de-covid-19.shtml>.

¹⁹ Como registrado e disponível em <https://youtu.be/BCKEwP8TeZY>

Necropolítica como plano de governo

Na fala de Jair Messias Bolsonaro, no início do mandato o inimigo era “a esquerda” política que governou o país entre 2003 e 2016, com os presidentes Luis Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores), respectivamente, por dois mandatos cada um (o segundo mandato de Rousseff foi interrompido por um processo de Impeachment). Hoje, essa construção de um inimigo imaginário é atualizada pela pandemia do coronavírus, pela imprensa crítica e vigilante sobre as ações do governo federal, pelos governadores e prefeitos que insistem em políticas de distanciamento social afetando diretamente a Economia em nome da preservação das vidas dos brasileiros, dos ambientalistas e agentes públicos que insistem em preservar os recursos naturais e o direito dos povos originários em detrimento dos interesses de garimpeiros e grileiros. Bolsonaro se vê adotando posturas improdutivas e arbitrárias²⁰, contrariando orientações de especialistas ou tentando distorcer informações a favor de sua gestão e interesses neoliberais, como no caso do pagamento do auxílio emergencial²¹ para os trabalhadores afetados pelas políticas de distanciamento social.

As derrotas no âmbito político se somam à imagem negativa que repercute internacionalmente²², tornando o presidente Bolsonaro alvo de críticas e diminuindo²³ o grau de confiabilidade em seu governo. A flutuação dos índices de confiabilidade, aprovação e rejeição ao governo federal e à figura do presidente Jair Messias Bolsonaro é fortemente influenciada por medidas populistas como o aumento²⁴ de 33,24% no piso

²⁰ Como registra a reportagem disponível em <https://reporterbrasil.org.br/2020/06/gasto-de-r-15-mi-com-cloroquina-pelo-exercito-nao-teve-aval-do-ministerio-da-saude-diz-mandetta/>

²¹ Como registra a reportagem do site de notícias UOL, disponível em <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/06/11/bolsonaro-prega-cautela-com-auxilio-para-nao-virar-paraiso-da-agiotagem.htm>

²² Como registra o artigo do site UOL, disponível no link <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2020/05/21/para-imprensa-europeia-cloroquina-se-tornou-arma-politica-no-brasil.htm> e <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52801691>

²³ Como registrado pela reportagem do jornal Estado de Minas e disponível em https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/06/22/interna_politica,1158937/pesquisa-54-da-populacao-avalia-governo-bolsonaro-como-ruim-ou-pessi.shtml

²⁴ De acordo com o registro feito pela reportagem do portal de notícias G1, disponível em <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/02/04/bolsonaro-oficializa-aumento-de-3324percent-no-piso-salarial-dos-professores-da-educacao-basica-da-rede-publica.ghtml>.

salarial dos professores da educação básica da rede pública, pela conclusão de obras²⁵ “tomadas” como feitos de seu governo, ainda que projetadas e iniciadas em outras gestões ou por declarações²⁶ impactantes e raivosas que “transferem” a responsabilidade de medidas com alto impacto na micro economia para outros agentes políticos. Mais uma vez, a sinceridade e a autenticidade são tomadas como estratégias discursivas para a construção de uma imagem pública do político que “fala o que o povo gostaria de ouvir”, ainda que nenhuma medida efetivamente tenha sido tomada ou percebida pela população na pauta em questão (diminuição do preço dos combustíveis).

A figura política de Jair Messias Bolsonaro é recheada de discursos que aparentam ser obras de ficção de tão surreais para uma pessoa que representa uma nação democrática como o Brasil. Seu governo e assessores diretos, afinados com essa postura, demonstram a mesma orientação necropolítica, como expressa pelo então ministro da Educação, Abraham Weintraub, na reunião ministerial já citada nesse artigo, onde declarou: “não gosto de povos indígenas”. A declaração suscitou uma ação²⁷ do Ministério Público Federal, o desligamento do ex-ministro e sua fuga²⁸ para os Estados Unidos. A população brasileira é tratada de forma estratificada, onde alguns grupos são assegurados de seus direitos enquanto outros são tolhidos institucionalmente deles, com o Poder Executivo decidindo quem morre e quem pode viver, mostrando claramente uma elitização presente no discurso neoliberal.

Essa elitização e a determinação de quem deve viver ou morrer é corroborada em outras medidas governamentais, seja no aspecto de omissão, seja no aspecto de uso da máquina estatal em prol da necropolítica bolsonarista. Dois exemplos são tomados aqui para ilustrar a perspectiva: a) em julho de 2020 o presidente veta²⁹ internet e auxílio

²⁵ Como o caso da transposição do rio São Francisco, registrado na reportagem do canal Record e disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=IXGvtnlEZi4>.

²⁶ Como registrado pela reportagem da Rede TV e disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=IXGvtnlEZi4>.

²⁷ Conforme reportagem do portal G1, disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/05/26/mpf-pede-explicacoes-a-weintraub-por-declaracoes-sobre-termos-povos-indigenas-e-povo-cigano.ghtml>.

²⁸ De acordo com a notícia veiculada pela revista IstoÉ, disponível em <https://istoe.com.br/weintraub-foge-para-eua-antes-de-ser-exonerado/>.

²⁹ De acordo com reportagem do portal de notícias R7 e disponível em <https://noticias.r7.com/brasil/bolsonaro-veta-internet-e-auxilio-facilitado-para-proteger-indigenas-08072020>.

facilitado às populações indígenas em meio à pandemia do novo coronavírus; b) em 22 de setembro do mesmo ano, em pronunciamento³⁰ na Organização das Nações Unidas, sem apresentar provas ou evidências, o presidente declara oficialmente que a responsabilidade pelas queimadas na Amazônia e Pantanal, registradas naquele ano, são causados por índios e caboclos. A partir dessa declaração, o presidente continua implementando uma postura de “construção” do inimigo imaginário, eximindo o governo federal da fiscalização e combate aos crimes ambientais (afinado com políticas de ampliação das áreas de plantio e agropecuária no país), reforçando uma perspectiva antropocêntrica, eugenista e genocida.

Outro aspecto interessante na construção da imagem fragmentada, idiossincrática e necropolítica de Jair Messias Bolsonaro pode ser observada na manipulação da máquina pública em prol dos interesses privados, ainda que contradigam uma plataforma de governo anunciada e defendida durante o processo eleitoral que o levou ao cargo. A bandeira da luta anticorrupção, sustentada até então apesar das “baixas³¹” entre seus apoiadores, apresenta um novo “capítulo” na “novela” política brasileira quando, em outubro de 2020, o presidente declara³² oficialmente o fim da Operação Lava Jato porque “não existe mais corrupção no governo”, como se a sua declaração tornasse a ideia um fato. A declaração torna-se ainda mais surreal quando o silêncio e a postura do político evitam dar respostas à investigação sobre o esquema de “rachadinhas³³” envolvendo o filho e hoje senador Flávio Bolsonaro, quando este ainda era deputado estadual no Rio de Janeiro. Sem respostas efetivas ao envolvimento da família em casos de corrupção, exigindo publicamente a apuração dos fatos e, veladamente, agindo contra as investigações³⁴, o presidente Bolsonaro declara o fim da maior investigação já

³⁰ Como registrado e disponibilizado pelo canal do Catraca Livre no Youtube: https://www.youtube.com/watch?v=MI83i_gEvbA

³¹ Como a saída do ex-juiz e ministro Sérgio Moro do governo bolsonarista, conforme registrado no vídeo do jornal O Globo e disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=3HaA2gOsh9k>.

³² Como registrado em vídeo disponibilizado no Youtube pelo portal de notícias UOL, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=pc-ADrWSOJs>.

³³ Conforme descreve a reportagem do site jornalístico independente The Intercept em <https://theintercept.com/2020/04/25/flavio-bolsonaro-rachadinha-financiou-milicia/>.

³⁴ Como aponta reportagem do site Seu Dinheiro, disponível em <https://www.seudinheiro.com/2020/jair-bolsonaro/bolsonaro-queiroz-nyt-rachadinha-29-08/>.

implementada contra os esquemas de corrupção envolvendo agentes públicos e empresários na história do país – a operação Lava Jato.

Considerações finais

Assim como a comicidade e o humor, que dependem do compartilhamento de uma cultura para dar acesso aos sentidos acionados que promovem o riso (BERGSON, 1983), a barbárie e o escárnio, a piada e o deboche, o *non sense* e o surrealismo protagonizados pelo discurso negacionista da ciência, pela vociferação contra um inimigo imaginário personificado pelos “esquerdistas”, pode levar o campo político midiaticizado a um esvaziamento de sentidos, onde o âmbito privado (da vida do presidente e demais políticos) passa a ter mais importância do que as questões de interesse público. Além disso, a personalização do político (figura pública) também ganha impulso pela economia dos afetos que é ampliada pelos discursos que empregam de forma sutil e mascarada as categorias de autenticidade e sinceridade como ferramentas para a pavimentação de um populismo midiaticizado.

O jornalismo, como esfera pública e instância de preservação desses valores, da observância sobre o equilíbrio social e o funcionamento da máquina pública em prol da governança e do Estado Democrático de Direito, têm alimentado a população cotidianamente com cenas de um “filme de ficção” da vida real. O sentido de real e realidade são misturados às tramas e reviravoltas dos folhetins e produtos novelescos, tão presentes na cultura midiática nacional, e que hoje ocupam também os noticiários e espaços jornalísticos nas múltiplas telas da cultura digital.

O limite entre ficção e realidade é borrado pelo volume informacional, pelos discursos afetivos no campo político, pelos canais “alternativos” e hiperconectados que alimentam de informação (nem sempre verídica) os vieses cognitivos e heurísticas em detrimento de dados verdadeiros e da multiplicidade de abordagens, pela inabilidade dos jornalistas em assumirem o papel de educadores frente aos públicos no sentido de uma educação política para e com a democracia. A necropolítica segue seu curso, seja em um viés racista sobre as classes subalternas que deslizam e atualizam esse conceito da cor da pele para concepções atreladas às condições sócio-econômicas, seja por uma abordagem antropocêntrica, em que a natureza e os animais são colocados em segundo plano numa escala hierárquica de prioridades institucionalizadas, disponíveis para a

exploração capitalista e exploratória sem regulação estatal ou proteção legal efetiva. O presidente Bolsonaro, como figura pública de representação do plano de governo em curso, parece ser a personificação do que Mbembe chamou de necropolítica.

Referências

ARAÚJO, Willian Fernandes de; MAGALHÃES, João Carlos. Eu, eu mesmo e o algoritmo: como usuários do Twitter falam sobre o “algoritmo” para performar a si mesmos. In **Anais do XXVII Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação** - Compós. Belo Horizonte: 2018. Disponível em http://www.compos.org.br/data/arquivos_2018/trabalhos_arquivo_0UTVQBQ76VDU93C71N1A_27_6864_26_02_2018_13_27_22.pdf

BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

BERGSON, Henry. **O riso**: ensaio sobre a significação do cômico. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1983.

BRANTS, K. De l’art de rendre la politique populaire... Ou “qui a peur l’infotainment?”. In **Reseux**. N.118. p. 135-166. 2003/2.

BRUNO, Fernanda. Rastros digitais sob a perspectiva da teoria ator-rede. In revista **Famecos: mídia, cultura e tecnologia**. V.19, n.3, set/dez 2012. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/12893/860>, consultada em 25/03/2018.

CESAR, Camila Moreira; HOFF, Rafael Sbeghen. O humor e a produção de sentido da política: o caso do coletivo Porta dos Fundos. In **Anais do Compolítica**. Maio de 2017. Disponível em: http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2017/06/CESAR-Camila_HOFF-Rafael_O-humor-e-o-sentido-da-politica.pdf.

CIARELLI, Gustavo; ÁVILA, Marcos. A influência da mídia e da heurística da disponibilidade na percepção da realidade: um estudo experimental. In **Revista de Administração Pública**. V.43, n.3. P.541-562. Rio de Janeiro: 2009. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/rap/v43n3/02.pdf> .

CIOCCARI, Deysi; PERSICHETTI, Simonetta. Armas, ódio, medo e espetáculo em Jair Bolsonaro. In **Revista Altejor**. V.2, n.18. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/download/144688/141608/>.

FLUSSER, Villém. **Filosofia da caixa preta**: ensaios para uma futura filosofia da fotografia. São Paulo: HUCITEC, 1985.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

FRANCO, Maria Laura P. B. **Análise do conteúdo**. 2ª ed. Brasília: Líber Livro, 2005.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo** – O que os jornalistas devem saber e o público deve exigir. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. In **Revista Arte & Ensaio**. Trad. de Renata Santini. N-1 Edições, 2018.

PARZIANELLO, Geder Luis. O governo Bolsonaro e o populismo contemporâneo: um antagonismo em tela e as contradições de suas proximidades. In *Revista Aurora*, v.12, n.36. p.49-54. Online, São Paulo, 2020. Disponível em https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwj5ifCtp4L2AhXbILkGHao8D5cQFnoECAIQAAQ&url=https%3A%2F%2Frevistas.pucsp.br%2Findex.php%2Faurora%2Farticle%2Fdownload%2F46439%2Fpdf%2F137166&usg=AOvVaw0mVQb7j4MS6ZEL_eaUmouM. Consultado em 15/02/2022.

PECHÊUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 3 ed. Campinas: Pontes, 2002.

PENAFRIA, Manuela. **Análises de filmes: conceitos e metodologias**. In *Anais do VI SOPCOM*. Abril de 2009. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-penafria-analise.pdf>.

SENETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade**. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SOLANO, Esther. A bolsonarização do Brasil. In ABRANCHES, Sérgio et al. **Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. p.307-321. São Paulo: Companhia das letras, 2018.